

10. CONCLUSÕES

A realização do EIA da Base Portuária do E&P no Espírito Santo aponta para a viabilidade do empreendimento, devido à integração deste à dinamização socioeconômica que já está em processo na região da Metrópole Expandida Sul do Espírito Santo e ao maior significado de aspectos e impactos positivos em relação aos negativos. Esta afirmativa ocorrerá principalmente se aplicadas as medidas contidas nos programas propostos, que visam a mitigação ou potencialização destes impactos.

A fase de implantação, caracterizada pela construção dos três sítios de produção da Base (Retroárea, Pré-embarque Marítimo e Pré-embarque Terrestre e acessos entre estes) será a que trará as maiores interferências diretas no ambiente, especialmente no meio físico devido às possíveis alterações na Praia do Além e de menor monta no meio biótico, visto a pequena supressão de habitats e as interferências sobre as comunidades de quelônios, além dos transtornos cotidianos que envolvem a população na implantação de um processo de obras em determinado território.

A posterior fase de operação terá maiores interferências indiretas, principalmente devido à dinamização socioeconômica que deverá ocorrer na região, considerando-se que esta apresenta uma conjuntura em que, simultaneamente, diversos empreendimentos deverão provocar alterações no padrão econômico local. A Base Portuária contribuirá para definir um novo perfil produtivo com predominância do setor secundário sobre o primário, sem necessariamente prejudicar atividades pesqueiras e agrícolas atualmente

existentes, dando sequência a um processo que se iniciou no final da década de 70 do século passado, com a instalação pioneira da SAMARCO Mineração em Ubú, no Município de Anchieta.

A implantação de estruturas logísticas especializadas na exploração e produção das riquezas derivadas do petróleo localizadas em alto mar representa uma alternativa estratégica da PETROBRAS e por consequência nacional para possibilitar estas atividades. A especialização logística desde a concepção física do projeto até a elaboração de processos racionalizados de transporte (especialmente na interface entre a terra e o mar) busca a competitividade para a exploração e produção no mar em relação ao que já é praticado em terra.

A existência comprovada de grandes reservas de petróleo e gás na plataforma oceânica do Brasil, neste caso especialmente nas bacias de Campos e do Espírito Santo justificam a decisão estratégica de se implantar uma base de exploração logística *offshore* na região, como parte de um plano maior da PETROBRAS. As dificuldades inerentes da produção em alto mar justificam o investimento na logística de apoio como fator fundamental para o sucesso do esforço de exploração e produção.

Considerando-se a importância da instalação de uma unidade produtiva com as características deste empreendimento na região, procurou-se um padrão de localização que atendesse as prerrogativas ambientais, operacionais e estratégicas necessárias para o padrão de eficiência requerido, que aumentasse a competitividade da exploração e produção em águas oceânicas, especialmente com a proximidade destas atividades na camada do pré-sal.

Com isso, as alternativas de áreas com grau de desenvolvimento urbano elevado foram excluídas, devido à dificuldade de implantação de redes de infraestrutura integradas para os processos de transporte característicos da operação da Base. Outras regiões do Estado foram descartadas em uma segunda análise, devido à falta de características industriais e logísticas anteriores, dificuldade de acesso terrestre, somadas a um maior impacto ambiental para a instalação de um porto (considerou-se que a região de Ubú já recebeu este impacto em outro empreendimento).

Definindo-se a região de Ubú para a implantação da Base, inclusive de áreas específicas para o empreendimento, a simultaneidade do processo básico de engenharia com os estudos deste EIA possibilitou que as maiores interferências que pudessem ocorrer no território fossem tratadas dentro do detalhamento do projeto, evitando-se assim a ocorrência destas.

Este processo integrado foi importante para diminuir a supressão de habitats, para evitar ações de derrocamento, diminuir o volume de pedras na construção do quebra mar e integrar o projeto do pier de apoio na mitigação de impactos na costa (verificada como necessária devido a construção do quebra mar), entre outras alternativas mais simples como o reuso de água, detalhamento dos sistemas de drenagem e de coleta e tratamento de esgotos domésticos e industriais, além de soluções viárias que deverão eliminar os pontos críticos de interface entre o sistema viário regional (sobrecarregado na época do turismo de veraneio) e as demandas de fluxo pesado da Base.

As interferências que não foram resolvidas no processo de projeto e que deverão originar impactos relativos à implantação e operação da Base receberam

tratamento através de medidas e programas contidas neste EIA que contribuirão para eliminação ou, ao menos, para a mitigação destes. Estas medidas procuram minimizar os impactos que naturalmente ocorrem no cotidiano das obras, trazendo diversos incômodos para a população, além de riscos aos trabalhadores, mitigar as interferências na biota (com destaque para o apoio ao monitoramento de quelônios, já praticado pelo TAMAR), e, com destaque, promover a estabilização da Praia do Além, que deverá receber impactos relativos à nova hidrodinâmica local originada com a construção da ilha artificial em sua área de vizinhança.

Outro conjunto de medidas e programas tem sua propositura voltada para a potencialização dos prováveis impactos positivos na região, que a implantação de um empreendimento motor da economia tende a trazer. Assim foram concebidos programas voltados para o apoio da PETROBRAS a ações de responsabilidade social, com a propositura de dinamização de fóruns regionais de discussão de temáticas amplas como a infraestrutura e os serviços urbanos, a dinamização da cultura regional e ações de sustentabilidade de setores tradicionais da região como a comunidade pesqueira e o setor de turismo.

Estas ações têm um exemplo prático no processo que se pretende instalar para a transformação do pier de apoio para a implantação do empreendimento em uma estrutura de uso social, que poderá apoiar aos setores tradicionais citados. A forma como se concebeu este espaço, já integrando soluções de obra com soluções de mitigação de impactos na costa, já demonstra a integração de ações neste projeto. Além disso, existe a proposição da PETROBRAS em realizar a transformação deste espaço, após a sua utilização pelas ações de obra, em

conjunto com o governo e a sociedade civil local, concretizando fisicamente uma forma de interação ambiental que deverá ser a marca deste empreendimento.